



**ATA DA 1ª REUNIÃO DA
3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2022**

--- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas vinte horas e trinta minutos, sob a presidência do senhor presidente da Assembleia Municipal, Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, secretariada pelos senhores secretários Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte e Vasco Miguel dos Reis Marques com a seguinte Ordem de Trabalhos: **Ponto Um** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 13.06.2022 sobre a “**Consolidação de Contas do exercício de 2021**”, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2, do artigo 76., da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Dois** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 30.05.2022, sobre a “**Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares**”, ao abrigo do disposto do artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, e da alínea c), do n.º 1, do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Três** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 30.05.2022, sobre a “**Primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Tomar para o ano de 2022**”, nos termos das disposições conjugadas do n.º 4, do artº. 29º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o), do n.º 1, do artº 25º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Quatro** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 13.06.2022, sobre a “**Abertura de procedimento concursal para dirigentes intermédios**”, ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 35º, pelo artigo 37º, e pela alínea k), nº 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o decreto-lei nº 209/2009, de 3 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Cinco** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 13.06.2022 sobre a “**Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal do Médio Tejo, EIM, SA., -----**
- **Estudo de viabilidade económico-financeira (revisão) -----**
- **Contrato de gestão delegada (revisto)” -----**
ao abrigo do n.º 2, do artigo 40º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e pela alínea k), nº 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Seis** - “**Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar**”, ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Sete** - “**Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia**”, ao abrigo da alínea k), do n.º 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O **Ponto 6** e o **Ponto 7** terão discussão conjunta **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.)**. ----
--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal João Luis Cardoso Alves, do seguinte teor: “*Exmo Sr. Presidente da Assembleia - Vimos por este meio comunicar a V/ Ex.ª que o Sr. Presidente U F Casais e Alviobeira, João Alves não vai poder estar presente na 3ª sessão ordinária dia 30 de Junho do corrente ano. -----*
A sr.ª Célia Cristina Roberto Ferreira Pereira, portadora do Cartão de Cidadão n.º 10086846 6 com validade até 26-04-2028, Tesoureira da U F Casais e Alviobeira, vai substituir o Sr. Presidente. -----
Com os melhores cumprimentos, O Presidente U F Casais e Alviobeira, João Alves” -----
--- Na sequência deste pedido, tomou posse a senhora deputada municipal Célia Cristina Roberto Ferreira Pereira, tesoureira desta União de Freguesias, portadora do Cartão de Cidadão nº 10086846 6. -----
--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da senhora deputada municipal Luísa Maria da Conceição Henriques, do seguinte teor: “*Exmo Senhor Presidente*



da Assembleia Municipal -----
Solicito a minha substituição na 3ª sessão Ordinária da A.M.T. a realizar dia 30 de junho, pelo secretário da União das freguesias da Madalena e Beselga Carlos Manuel da Silva Ricardo. -----
Atenciosamente, Luísa Henriques” -----

--- Na sequência deste pedido, tomou posse o senhor deputado municipal Carlos Manuel da Silva Ricardo, secretário desta União de Freguesias, portadora do Cartão de Cidadão nº 10512092. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do seguinte teor: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tomar -----

Venho, pelo presente, comunicar que por compromissos assumidos, inadiáveis, me obrigam a estar ausente da área do concelho, no próximo dia 30 de junho, data para a realização da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar. -----

Assim sendo, requer-se a V. Ex.ª a que a sua falta seja justificada. -----

Mais se requer a sua substituição, pelo elemento seguinte da lista pela qual fui eleito, nos termos legais. Pede Deferimento. O Deputado Municipal, Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira” -----

Na sequência deste pedido, foi substituído pelo senhor deputado municipal David Manuel Cascaes Alves, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal António Rodrigues da Costa Graça do seguinte teor: “Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo Tesoureiro Hélder Fernando de Jesus Graça, a representar a Freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar dia 30 de junho (quinta), pelas 21h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

Com os melhores cumprimentos, O Presidente da Junta, António Rodrigues da Costa Graça” -----

Na sequência deste pedido, foi substituído pelo senhor deputado municipal Hélder Fernando de Jesus Graça, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os senhores deputados municipais: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro; Ana Catarina Carvalheira do Rosário Pereira; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet; Susana Alexandra Ferreira Faria; António Manuel Lourenço dos Santos; Ricardo Jorge Martins Carlos; Nuno Miguel da Silva Ferreira; Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado; Américo Matos Fernandes Costa; Bruno Vítor Domingos Graça; Paulo Alexandre Martins Mendes; David Manuel Cascaes Alves; Pedro Duarte de Almeida Estanqueiro e Cunha de Carvalho; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares; Miguel José Costa Coelho Rodrigues; Alexandre Manuel Cardoso Antunes; Maria de Fátima Mendes Jacinto; Silvia Paula Rosa da Silva; Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues; Francisco José Godinho Santos; Rui Cardoso Lopes; Amâncio Sequeira Ribeiro; António Marques Vicente; Hélder Fernando de Jesus Graça; Jorge Miguel Marques Pereira Graça; Célia Cristina Roberto Ferreira Pereira; Carlos Manuel da Silva Ricardo, Américo da Conceição Pereira e Augusto Manuel Barros Alves. -----

--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, a senhora presidente, Anabela Gaspar de Freitas; o senhor vice-presidente, Hugo Renato Ferreira Cristóvão; a senhora vereadora, Maria de Lurdes Ferromau Fernandes; o senhor vereador, Tiago Manuel Henriques Carrão; a senhora vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes; o senhor vereador, Luis António Antunes Francisco e o senhor vereador, Hélder Duarte Henriques. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal, verificando-se as seguintes intervenções: -----

--- Sandra Marques, moradora na Rua Sacadura Cabral, em Tomar, há trinta e cinco anos e há dois meses, afirmou que foi dada autorização para colocarem uma esplanada na via pública, via essa que é encerrada ao trânsito à sexta-feira, sábado e domingo, com carros estacionados nos passeios. Afirmou que não conseguem descansar. Terminou questionando o porquê desta situação. -----

--- Susana Alves, moradora na de freguesia de Além da Ribeira / Pedreira, começou por referir o aumento da taxa da água em 20%, quando pelos contadores, passa ar e não água, a maior parte das vezes e perguntou o porquê de taxar o saneamento, que não têm, e que tão depressa não irão ter. ----

--- Luis Henriques, da freguesia da Sabacheira, fez uma intervenção do seguinte teor: “O que me trás aqui esta noite é a taxa que nos querem cobrar do saneamento, o qual não temos. Nem com a água conseguem cumprir o contrato com o povo da freguesia da Sabacheira e, onde gastaram milhares de euros a fazer o saneamento, que está feito em alta, há anos, e já obsoleto e nada mais foi feito. Com



que direito vão cobrar essa taxa. A outra pergunta que vos quero fazer, é para que servem as assembleias descentralizadas, pois o povo não tem ordem para falar". -----

--- Ana Baptista, moradora quase toda a vida na Rua Sacadura Cabral, em Tomar, e como uma vizinha em intervenção anterior disse, é descabido fechar uma rua sem ouvirem a opinião dos moradores. Um individuo abre uma tasca e decide apoderar-se da rua inteira, afirmando que é uma falta de respeito e civismo. Sublinhou que, o estabelecimento pode estar aberto, porque tem uma licença, no entanto recentemente ligou para o senhor, às cinco para a meia noite, informando-o que havia muito barulho na via pública e as pessoas precisam de descansar e não conseguem dormir, desde que este estabelecimento "Tasca Perdigoto" abriu. Referiu que o senhor já foi abordado, salientando a sua falta de educação. A intenção desta intervenção, é de a expor e saber o que tem a dizer a senhora presidente da Câmara Municipal, sobre esta situação, afirmando também que tem a madrinha, já com uma certa idade, e não consegue dormir, porque há uma e duas da manhã, o barulho é enorme e entende que não há necessidade de colocar as autoridades nisto. Tem ligado ao senhor, e informa-o que os clientes estão na rua a partir copos, a fazer barulho, embriagados, e a resposta do senhor foi que estava calor, era noite de S. João, e tinha licença até às duas da manhã, e estava à vontade para chamar as autoridades. Terminou dizendo ser uma falta de respeito pelos moradores, o barulho que é feito durante todos os fins de semana, independentemente de ter licença e do horário permitido. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal em relação à questão colocada, sobre a não intervenção do público na sessão da Assembleia Municipal descentralizada, respondeu que foi aprovada uma proposta, por unanimidade, para que todas as sessões tivessem intervenção do público, foi questionada a legalidade por alguns senhores deputados municipais, e solicitado um parecer jurídico à Associação Nacional das Assembleias Municipais, veio a informação que o PAOD e a intervenção do público, só são permitidas nas sessões ordinárias, sendo que, tem a ver com uma questão legal e não com a falta de vontade em permitir a participação dos cidadãos. Lembrou que, as sessões da Assembleia Municipal ao reunirem após a hora laboral, permite a participação de mais cidadãos, e que nas sessões ordinárias, poderão colocar as questões que entenderem. Afirmou também que, quer as sessões ordinárias, quer as extraordinárias, serão descentralizadas pelo concelho. -----

--- O senhor deputado municipal João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro do Partido Social Democrata questionou se a informação dada não seria só relativa ao PAOD. -----

--- A senhora presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas, pela D. Susana Alves e pelo senhor Luis Henriques afirmou que, faz parte da ordem de trabalhos desta sessão, um ponto para discussão desse assunto, onde a questão do saneamento está integrada, bem como o serviço de abastecimento de água, pelo que essas questões serão respondidas durante a discussão do ponto referido. -----

Relativamente às questões colocadas pela D. Sandra Marques e D. Ana Baptista, e como nota prévia, lembrou que, estão numa sessão do órgão deliberativo, e embora se possa fazer essa discussão, foi o órgão executivo, que tomou a decisão da esplanada. Disse perceber a posição apresentada e, não sendo caso único, é sempre difícil conciliar, aquilo que é a atividade económica e aquilo que é o direito ao descanso que as pessoas têm. Afirmou que, foi aprovado o encerramento da rua durante algumas horas, às sextas, sábados e domingos, por um período de dois meses, mas até à data não foi reportada nenhuma queixa, que é aquilo que estão agora a fazer. E aquilo que foi dito é que, quando houvesse reporte de queixas, reuniam-se as pessoas para serem avaliadas, e tentar encontrar a melhor forma possível de conciliar as duas coisas. Afirmou também que, em sede de poder executivo, vão tomar essa posição, sendo natural que sejam chamadas para consubstanciar melhor as pretensões. Referiu que, imaginando que acabavam com a esplanada, aquilo que são os clientes na rua e o barulho que fazem fora do estabelecimento, não compete à Câmara controlar esse comportamento, mas sim a quem está a explorar o estabelecimento. Afirmou que, firam registadas as pretensões e irão ser contactados para se perceber melhor o que está em causa. -----

--- Carla Santos, referiu ser proprietária de um gabinete de estética na Rua Sacadura Cabral, na frente da referida tasca, e já se viu obrigada a deixar de trabalhar ao sábado de tarde, porque é incomportável pelo barulho, derivado da esplanada, já não tendo em conta que a partir das cinco da tarde, o próprio dono, sai do seu estabelecimento, para ir para a sua porta e montra do gabinete de estética fumar, assim como os seus clientes. Disse entender não ser correto, que para beneficiar uns, estão a prejudicar outros. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal, em resposta ao deputado municipal João Miguel da Silva Miramar Tenreiro, deu-lhe razão, relativamente ao parecer recebido da ANAM, que era sobre o PAOD. -----



--- O senhor deputado municipal João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata, sugeriu, até porque as competências são delegadas, que o senhor vice-presidente informasse os moradores presentes, aquilo que transmitiu na reunião de Câmara, quando foi interpelado pelos vereadores do PSD, sobre o mesmo assunto. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal disse perceber o ponto de ordem à mesa, no entanto a senhora presidente já usou da palavra e, questionada se o queria fazer novamente, entendeu que não. -----

--- Não havendo mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação a Ata da 1ª Sessão Ordinária, realizada a vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e dois, de acordo com o nº 3, do Artigo 34º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), abandonando a sala todos os senhores deputados municipais que não estiveram presentes na sessão a que ata diz respeito, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e quatro deputados municipais, em situação de poderem votar. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação a Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada a um de março de dois mil e vinte e dois, de acordo com o nº 3, do Artigo 34º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), abandonando a sala todos os senhores deputados municipais que não estiveram presentes na sessão a que ata diz respeito, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e cinco deputados municipais, em situação de poderem votar. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação a Ata da 2ª Sessão Extraordinária, realizada a vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e dois, de acordo com o nº 3, do Artigo 34º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), abandonando a sala todos os senhores deputados municipais que não estiveram presentes na sessão a que ata diz respeito, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e cinco deputados municipais, em situação de poderem votar. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, apresentando as moções que entraram na Mesa e sugeriu que fosse imediatamente votada a Moção de Pesar pelo falecimento do Prof. Dr. João Fraústo da Silva, apresentada pelo grupo municipal do Partido Social Democrata tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e um senhores deputados municipais, tendo de seguida cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

--- De seguida o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, verificando-se as seguintes intervenções: -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA, que leu as moções apresentadas, pelo Partido CHEGA. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular, começou por apresentar as moções do CDS/Partido Popular, tendo de seguida mencionado o Partido CHEGA, por se ter juntado ao CDS, naquela que foi a proposta de se celebrar o 25 de novembro e a importância de se fazer uma assembleia extraordinária, celebrativa desta data, comemorativa do dia da liberdade, e acrescentar um ponto à moção, que disse parecer importante que fique esclarecido, que é a ideia de alterar o Regimento, para que esta data possa ser incluída, a par das outras datas comemorativas que estão no Regimento da Assembleia Municipal. De seguida referiu que, pretendia colocar algumas questões, à senhora presidente da Câmara Municipal, já colocadas na sessão anterior, mas que o senhor vice-presidente habilidosamente conseguiu fugir à maioria delas. Uma delas, disse ter a ver com a incubadora de empresas, questão várias vezes já colocada, mas disse não conseguir entender e gostaria de perceber a razão pela qual é falada há mais de dez anos, a criação de uma incubadora de empresas em Tomar, porque temos todo o potencial para atrair empresas jovens e empresários e continuamos sem a criar, quando todos os municípios à nossa volta as têm, há largos anos, lembrando quando há dez anos a apresentou, o executivo era do Partido Social Democrata e até à data ainda nada foi feito. Lembrou que, fez esta questão na sessão assembleia do estado do concelho e também não obteve resposta. De seguida referiu a criação de um plano de aproximação dos munícipes à Assembleia Municipal de Tomar, tema já abordado várias vezes, quer nos debates para as eleições, quer em assembleia, porque a população tomarense está afastada dos políticos tomarenses, não sabem quem são, não sabem o que fazem e o que representam e só quando as coisas correm mal é que se vêm obrigados a vir ter com os deputados municipais. Referiu que o cuidado desta assembleia deve ser o de reverter este declínio, da relação entre os munícipes e a Assembleia Municipal, que deverá ser um assunto suprapartidário, e que a Comissão Permanente crie um plano de contato e comunicação com os munícipes, para criar esse tipo de sinergias, que há muito tempo se perderam em Tomar. Ainda sobre esta temática, disse pretender criar uma moção, no entanto teve vergonha de o



fazer e, apesar de o senhor vice-presidente ter dito que a Câmara estava já a fazer esse esforço, disse custar acreditar que em Tomar não se consiga ter uma reunião por videoconferência como deve ser, para que possa estar em casa e ver os colegas, que os oiçam e seja ouvido, e por ser um tema fácil de ultrapassar, teve vergonha de apresentar essa moção, porque é de um investimento muito pequeno, que não é só para a Assembleia Municipal, é para a Câmara, é para as instituições, associações, sendo pois elementar que a Câmara crie condições para que possam existir reuniões por videoconferência e, uma vez que se pretende com a criação das várias comissões que elas reúnam, é um mecanismo que seria proveitoso para todos. Outra questão que já colocou em sessão anterior, tem a ver com o Conselho Municipal de Segurança, e quando está para sair nova legislação para oficializar o novo modelo, existe no entanto um, aprovado em Tomar, e com os dados que apresentou, naquilo que foi o estado do concelho e, segundo julga saber, esse conselho não tem reunido. Saliu também que até as questões trazidas pelo público, poderiam ser discutidas e solucionadas por esse concelho, questionando porque é que ele não existe. Sobre o Plano Estratégico de Atração da População e dos Jovens, para Tomar, perguntou se existe algum documento estratégico do Município, no âmbito de atrair população, uma vez que foi um tema amplamente discutido no estado do concelho e que parece não existir nada nesse sentido. Referiu a questão dos fundos das freguesias, salientando ainda não ter recebido os rácios a elas referentes, para os puder estudar e discutir. Na sequência das intervenções anteriores dos munícipes, com as reclamações apontadas e, embora a decisão seja tomada pelo órgão executivo, quando há encerramento de ruas e alterações, aquela que é a normalidade, é de o Município ter o cuidado em contactar, quem reside nesses locais, e se existe esse cuidado porque é que neste caso não foram contactados, e se ele não existe, questionou se não acham que devia existir. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata referiu que foi feito um requerimento na última sessão da assembleia, relativamente às conclusões da Comissão Permanente que foi realizada na União de Freguesias de Além da Ribeira / Pedreira, pelo que aguardam pela ata respetiva, bem como pelas conclusões da última sessão, relativamente ao estado do concelho. Referiu a solidariedade do PSD, pela população da freguesia da Sabacheira, referente à falta de água, algo já debatido. Quanto à população da Rua Sacadura Cabral, em Tomar, com quem se solidarizam, lembrou que quando fazia uns debates na rádio Hertz com o senhor vice-presidente, de afirmar que numa situação semelhante a esta, que a liberdade de uns acaba quando começa a liberdade dos outros e, aqui, é um caso concreto e é bom que se lembre do que andou a apregoar quando era oposição, e que se coloquem no lugar dessas pessoas. afirmou ser óbvio e salutar ter vida e animação em Tomar, mas também tem de se respeitar o descanso das pessoas, e não dar respostas como se deram em reunião de Câmara, onde o senhor vice-presidente disse que não precisava de ouvir opiniões públicas para tomar decisões. Lembrou que, se vive num estado democrático e é preciso ouvir as pessoas, e isto demonstra, muitas vezes, a falta de planeamento que há da parte desta governação socialista, que o Partido Social Democrata tem vindo a denunciar, sendo claro a falta de um Plano Estratégico para Tomar. Alertou para que se oiçam as pessoas do centro histórico, que se faça um Plano Municipal de Turismo, que se faça um plano relativamente ao associativismo, e que se envolvam todos nessa discussão, se é que queremos um concelho melhor e com qualidade de vida para toda a população. Sugeriu ao senhor presidente da Assembleia Municipal, enquanto também deputado da Assembleia da República e da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para apelar no sentido, de ser uma boa ideia o aeroporto de Tancos, e oportuno que na próxima Sessão Assembleia Municipal, se mostre ao Governo Central que o referido aeroporto é uma alternativa, com custos muito menores. De seguida apresentou as moções do PSD, agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal ter colocado a moção sobre o Dr. Fraústo da Silva em primeiro lugar. Relativamente à moção dos "Quinta do Bill", sugeriu a votação por unanimidade, saudando esta banda, que tem honrado o concelho de Tomar e ser um orgulho enquanto tomarense. A última moção, tem a ver com um alerta para a situação financeira da Câmara Municipal, corroborando o que vem no relatório do senhor Chefe de Divisão, e dar um cartão amarelo a esta Câmara Municipal, porque não está a caminhar no caminho certo, já que com este relatório, caminha-se para o abismo e a Assembleia Municipal, como órgão fiscalizador, tem obviamente de alertar a Câmara, para que daqui a três anos não se esteja a pensar como fazer face aos compromissos. -----

--- Alexandre Manuel Cardoso Antunes, do Partido Socialista, afirmou que, em nome da bancada do PS, queria manifestar a satisfação pelo que se passou, nomeadamente no fim de semana anterior em Tomar, felicitando o Município, as Juntas Freguesias, as associações do concelho e todos os tomarense que estiveram envolvidos na organização de dezenas de atividades culturais, desportivas e de lazer, que ocorreram no referido fim de semana, não só na cidade, mas um pouco por todo o concelho. Atividades essas que fizeram vibrar a cidade, com um grande número pessoas a passear,



aproveitando os diversos eventos, salientando a tradicional sardinhada na Gualdim Pais, na Casa do Benfica, no Jardim da Várzea Pequena, só para referir alguns. Sublinhou também, o “Mercado da Estrelinha”, com verdadeiras enchentes, os espetáculos na Praça da República, nomeadamente o Festival de Jazz. Afirmou que, estes dias mostram a potencialidade da cidade, e prova que uma agenda cultural cheia e com diversidade, é um dos pontos chave para colocar Tomar no mapa e no caminho certo, para ser também uma referência no turismo nacional. Referiu que, os tomarenses conseguem contrariar uma certa minoria, que ainda há pouco tempo atrás afirmava e publicava que, em Tomar, nada se passava e nada acontecia. Sublinhou que estes eventos das coletividades, grupos de moradores e comerciantes, confirmam as políticas de incentivos, de divulgação e coordenação do Município, muitas vezes de forma simples. Disse entender que, o fechar algumas ruas do centro histórico, por algumas horas, se beneficia um todo, e não um caso específico; é bom para todos. A cedência de meios e materiais, é compensada na mostra e no bem-estar da população, e na promoção do nome de Tomar, que cada vez mais está na agenda de muitos turistas portugueses e estrangeiros, que trazem, sem dúvida, um grande retorno económico, para todos os envolvidos, em particular para as coletividades e associações que tanto merecem. Disse que é mais fácil arranjar defeitos, procurar o menos bom, para arranjar assunto, embora concorde que é sempre possível fazer melhor, mas tem de ser motivo de satisfação, o que vai acontecendo na cidade. Realçou o aspeto do estacionamento inteligente, e isso foi verificado, durante uma reunião havida, em que se constatou os estacionamentos da zona histórica cheios, e com o funcionamento do estacionamento inteligente, eram indicadas as zonas com estacionamento ainda vazio.

--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária, começou por apresentar as duas moções da CDU, referindo a primeira, relativa ao processo de descentralização, que disse estar na ordem do dia, ao fim de muitos anos, e parece que vai entrar em discussão, segundo o que diz o Senhor Presidente da República, o senhor Primeiro Ministro, ANMP e os Presidentes de Câmara, que começam a olhar para este problema, de uma maneira diferente porque, como a CDU sempre disse, este processo estava inquinado, em função da aplicação do chamado princípio de neutralidade orçamental. Disse que esta, era a questão central do processo, quando foi lançado, e foi detetado e apresentado em vários sítios, nomeadamente nesta Assembleia Municipal, não tendo sido ouvidos, e agora temos as consequências, e tenta-se ultrapassar a situação, porque a CDU nunca foi contra a descentralização, mas sim contra aquela descentralização, que estava a ser avançada. A segunda moção prende-se com um assunto, e não querendo misturar com a discussão do ponto cinco, embora o tema seja o mesmo, são coisas diferentes, porque a Tejo Ambiente, tem várias perspetivas para se discutirem, sublinhou que esta moção, visa apurar responsabilidades e, refeita a verdade, se as contas estão ou não manuseadas ao sabor e interesse momentâneo do Conselho de Administração da Tejo Ambiente. De seguida, passou à leitura da referida moção, tendo salientado a resposta recebida da Tejo Ambiente, enviada à Câmara Municipal, na sequência da Deliberação da Assembleia Municipal. Lembrou que, a auditoria nunca foi feita e, entretanto, as coisas agudizaram-se, porque na discussão das Contas da Câmara Municipal de 2021, e do Relatório de Gestão da Tejo Ambiente de 2021, houve alguma habilidade. Sublinhou que, esta situação tem de ser esclarecida e, como referem na moção, pode-se ter dado o caso das referidas faturas, ou outras, terem sido passadas e anuladas mais tarde, entrando como receita no anterior relatório. A subvenção que as Câmara eram obrigadas a pagar, foi diminuída grandemente por essa situação, mas são passivo, com certeza, para 2022 e, agora andam a querer aumentar taxas, para cobrir essas despesas, Reafirmou que é isto que tem de ser devidamente clarificado e claro como a água, propondo uma auditoria de 1 de janeiro de 2021, até 31 de maio de 2022, e que toda esta situação seja clarificada.

Afirmou que, na última sessão da Assembleia Municipal, subordinada ao tema “O estado do concelho”, a CDU, tomou como opção para as suas intervenções, selecionar três áreas, onde detetou problemas estruturais e fundamentais para o nosso território: olhar para o concelho através da sua evolução financeira, o estado na área da educação e dos serviços públicos de responsabilidade do Município, abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos. Salientou que, falamos disto, face ao teor da moção apresentada pela bancada social democrata, sobre a evolução financeira da Câmara Municipal. Referiu querer dar duas notas, a primeira, registar as preocupações da referida bancada, no que respeita à evolução da situação financeira do Município, preocupação que disse acompanhar. Como segunda nota, disse que, o documento peca por não adiantar razões estruturais para essa evolução preocupante, ao ficar por considerações generalistas, citando como exemplo “este documento é um reflexo da governação municipal socialista e da forma como encaram a causa pública e a gestão do dinheiro dos contribuintes”, afirmando que, isto não dá para nada e dá para tudo, porque é preciso detetar os problemas, para que a população saiba quais são os males, e se encontrem as soluções.



Afirmou que, para a CDU, não basta dizer que a despesa com o pessoal disparou, quando comparada com o ano 2018, porque é preciso ir mais longe, identificando razões, já que os salários dos trabalhadores não aumentaram, e a situação decorre da criação da Tejo Ambiente, porque passou imenso pessoal, para a responsabilidade da Câmara, em 2018 e 2019, porque eventualmente não foi feita a transferência, tendo em conta esses novos encargos que a Câmara ia ter, para além dos encargos com a Tejo Ambiente, e dos custos de transferência, da responsabilidade que, nestes últimos dois anos, têm ocorrido para o Município, que são as tais transferências. Disse que, apesar destas limitações, votará favoravelmente as três moções apresentadas pela bancada social-democrata. ----- Por último, disse querer dar nota, de uma outra questão importante, que tem a ver com uma reunião da Comissão Permanente e da Comissão Municipal de Saúde com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, sugerindo uma reflexão sobre o que nela se passou. Disse estranhar, porque gostava de ter percebido, e disse não perceber, a preocupação do senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, sobre eventuais ondas de choque contra os trabalhadores do nosso hospital, como se houvesse uma campanha ou a criação de uma opinião pública, em que a população de Tomar, considerava que os trabalhadores do Centro Hospitalar do Médio Tejo, não cumpriam aquilo que deviam fazer e não estariam empenhados. Aquilo que afirmou na altura foi que, psicologicamente, os trabalhadores estariam muito cansados, ou porque não tiveram férias, ou tiveram uma grande carga de trabalho nestes últimos dois anos. Lembrou que ouviram muitas palmas, mas não viram as suas condições materiais melhoradas ou resolvidas, e é natural que, os trabalhadores que tudo deram durante dois anos, não terem visto esse reconhecimento pelo seu trabalho, sendo natural o seu cansaço. Sobre a questão da urgência médico-cirúrgica, foi tentado passar a ideia de que, o senhor Presidente da CHMT não estará contra, e que estaria no caminho, porque há muitas especialidades em Tomar, que funcionavam mais do que em Abrantes, nas próprias urgências médicas. E sobre isto, afirmou ser uma falsidade, porque o que há em Tomar são médicos de urgência interna, e quando aprecem pessoas na urgência externa, e é dessa que se está a falar, é contactado o médico de urgência interna, para ver esse paciente. Porque foi afirmado que, são necessários cento e trinta profissionais de saúde para a urgência médico-cirúrgica e, sendo assim, porque é que querem fazer acreditar, que estamos quase a ter urgência médico-cirúrgica. -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA (2ª intervenção), fez uma intervenção do seguinte teor: "Quero saudar e louvar a união de uma grande parte da Rua Sacadura Cabral, representada pelos moradores. A união faz a força e foi a desunião dos tomarenses que criou este executivo socialista ATL, que governa esta cidade, como se um reino das patacas se tratasse. Mais uma vez saúdo, a união dos moradores da Rua Sacadura Cabral, os senhores têm o meu respeito e o respeito do CHEGA. Bem hajam. -----

--- Hugo Miguel Carvalho dos Santos Costa, do Partido Socialista, começou por sublinhar a reunião que aconteceu nesta sala e que, o senhor deputado municipal Bruno Graça já se referiu. Foi uma reunião da Comissão Permanente e da Comissão Municipal de Saúde, com o Presidente e Administradores do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo e a Assembleia Municipal, na qual foi unânime, solicitar a vinda da urgência médico-cirúrgica para o concelho de Tomar, um tema que não divide as forças políticas, com mais meios e condições, independentemente de sabermos que aumentaram valências e, sendo positivo esse aumento, tem de se trabalhar para mais. Sublinhou também que, quer como presidente quer como deputado, defende a auditoria à Tejo Ambiente, por uma questão de transparência e de garantia, que as deliberações da Assembleia Municipal são executadas. Afirmou também que, independentemente do momento político que levou o senhor deputado municipal João Tenreiro a referir-se ao tema, bem como os deputados municipais Ricardo Carlos e Susana Faria, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em relação ao aeródromo de Tancos referiu que, com o deputado João Moura ficaram responsáveis por uma equipa, sobre este assunto e defender este investimento, que tem capacidade de desenvolvimento regional, e que esta Assembleia Municipal, deve pugnar por investimentos regionais. Afirmou que, não está contra ao aeroporto no local A ou B, até porque pode ser um aeroporto complementado, com outro tipo de valências, e é isso que deve ser debatido, se é de passageiros ou de mercadorias. Referiu também, o acompanhamento por parte da Assembleia Municipal do tema da NUT II, e a criação de uma nova região, porque só assim podemos ter capacidade para debater assuntos em Lisboa. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção), começou por referir a afirmação do senhor Presidente do Centro Hospitalar do Médio Tejo na qual afirmou que, tudo fará para o regresso das urgências médico-cirúrgicas a Tomar, bem como acreditar ser essa também a intenção da senhora Presidente da Câmara Municipal. No entanto, o PSD discorda é do caminho que está a ser seguido, sendo natural que tudo farão para esse regresso, mas o que é certo é que depois



da referida reunião, e como estão as coisas atualmente, não virão para Tomar. Porque a solução está do lado do Governo, sendo necessária a alteração do despacho, porque foi essa a resposta que foi dada. Saliu que, o PS criticou e bem, o Governo PSD / CDS, no tempo da troika, quando fizeram a reestruturação do CHMT. Agora que estão no poder, com um Governo e uma maioria absoluta, está na altura de se ver o início do procedimento da reestruturação do CHMT, mas também do Sistema Nacional de Saúde que, ao contrário do que se apregoam, está a desaparecer. Sugeriu a realização de uma sessão extraordinária ou temática da Assembleia Municipal, convidando o senhor Presidente do CHMT a estar presente, ouvir o público e fazer um relatório, para apresentar ao Governo, porque o senhor Presidente da CHMT disse estar de mãos presas, porque enquanto não houver uma reestruturação por parte do Governo, nada mais se pode fazer. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção), começou por referir que não critica os eventos, só pede é que não se fixem só nos eventos, porque isso leva a esquecer outros pontos e, sendo isso um dos pontos chave, não chega. Referiu que, as reuniões que tiveram com a Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo e da Tejo Ambiente, é um exemplo de como as coisas devem decorrer, felicitando a senhora Presidente da Câmara Municipal e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, por esses dois momentos. Referiu que, o vídeo referente à sessão da Assembleia Municipal do estado do concelho, no mínimo, devia ser partilhado nas redes sociais do Município, até porque a referida sessão não foi transmitida em direto, esperando que esta situação não se volte a repetir, na sequência de uma proposta que apresentou, no sentido de aproximar os munícipes dos políticos. Afirmou que, o CDS/PP, vai votar favoravelmente as moções apresentadas. Sobre o que foi afirmado pelo administrador da Tejo Ambiente, relativamente à auditoria, vem justificar o pedido da referida auditoria. Fez um apelo aos deputados municipais, em particular do Partido Socialista, para que votem favoravelmente as moções do CDS/PP e do Partido CHEGA, relativo ao 25 de novembro, porque estamos a falar de liberdade e de democracia e, sabendo que cada um tem as suas convicções cívicas, políticas e democráticas, gostaria muito de ver o Partido Socialista a acompanhar essas moções, acreditando que o Partido Social Democrata, acompanhará esta causa. Sobre a moção do PSD, relativa à situação financeira da Câmara Municipal, referiu ser muito relevante a questão dos recursos humanos. Felicitou o início dos trabalhos da Comissão de Saúde, esperando que, para breve, as restantes comissões comecem a ser convocadas. Por último lembrou que, o senhor Presidente da Administração de CHMT, tinha garantido que não havia problema com o serviço de genecologia e obstetria do hospital de Abrantes, no entanto passado dois dias, esse serviço esteve fechado vinte e quatro horas, sendo as pessoas transferidas para o hospital de Santarém, embora ele tivesse afirmado que isso só aconteceria, caso doença súbita dos dois médicos, que por coincidência foi o que aconteceu, e o serviço acabou por encerrar. -----

--- Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda, fez uma intervenção do seguinte teor: *“Somos hoje confrontados com duas moções, muito idênticas no seu conteúdo, e também nos erros de português, subordinadas ao título «25 de novembro». Estranhámos a preocupação de, já em junho, dois partidos quererem comemorar o 25 de novembro, mas para o Bloco de Esquerda o dia 25 de novembro é realmente um dia muito importante. É o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, é o assinalar daquela que é a violação dos direitos humanos mais prevalente em Portugal. Em Portugal, entre 2013 e 2017, houveram 74 700 factos criminosos reportados, muitos mais ficaram por reportar, contra mulheres, sobretudo no contexto de violência doméstica. A vitimação continuada representa cerca de 80% das situações e tem uma duração média de 2 a 6 anos. A vitimação é real e aquela que está aqui a ser dita é a oficial, porque há muita violação que continua oculta. A residência comum é o local mais escolhido para a ocorrência dos crimes, cerca de 65% ocorrem nas residências. As vítimas têm as idades compreendidas, normalmente entre os 26 e 55 anos e as vítimas são normalmente mulheres casadas. Pertencem a um tipo familiar nuclear com filhos e filhas. O fenómeno da violência doméstica contra mulheres abrange todas as condições e estratos sociais económicos. Só para termos uma ideia da gravidade da situação, estamos a falar do crime mais cometido em Portugal. Em 2020, houveram um total de 27 637 participações, tratou-se em média de 2 300 participações por mês, 75 por dia, 3 por hora. Só em 2020, por este crime, foram detidos mais de 2 000 suspeitos e 799 homens foram condenados. Se pensarmos que a cada detenção, e sobretudo condenação corresponde violência física ou sexual, contra mulheres, estamos a falar de uma autêntica hecatombe, com a agravante de existirem vítimas mortais. Em 2019, foram mortas, em contexto de violência doméstica, 26 mulheres, em 2020 mais 27 mulheres, em 2021, mais 16 mulheres e, no presente ano, até este mês, mais 13. Desde 2004 até hoje, foram assassinadas 588 mulheres e mais de 200 000 foram alvo de violência física ou sexual. É uma espécie de «guerra civil», que tem dizimado as mulheres deste país. Mas para o CDS/PP e o Partido CHEGA, o importante não é celebrar o Dia*



noutra localização, sendo que, o ideal, seria próximo do Instituto Politécnico, e daí ter sido a primeira opção. Em relação às outras questões, elas acabam por estar todas interligadas, no entanto em relação à situação financeira e, se os senhores deputados lerem os documentos, nomeadamente os orçamentos e as prestações de contas, é sempre referido, as fragilidades que se podem ter, e só se podem combater se soubermos quais elas são, pelo que se tem de estar atento e arranjar soluções. Sobre a afirmação do senhor deputado municipal João Tenreiro, de que o PSD foi julgado pela população, disse ser um facto, assim como o PS também já foi julgado pela governação que tem vindo a ter, e são dois factos inegáveis. Sobre a descentralização de competências, referida pelo senhor deputado Bruno Graça, o problema da neutralidade orçamental, na descentralização de competências, naquilo que são as competências que envolve o envelope financeiro, tem sido um entrave a esta questão. No caso da educação e da saúde disse que, mantém a postura na questão da saúde, em que não foram assinados autos de transferência, houve um primeiro auto, que não foi assinado, houve uma negociação após a não assinatura do auto de transferência, e que se continua em não assinar, aguardando-se agora uma terceira proposta, por parte da saúde. Lembrou que, a descentralização de competências, em educação, no concelho de Tomar, existe desde 2009, e naquilo que é o diploma que transfere as competências, não este atual, mas o de 2009, prevê a criação de uma Comissão de Acompanhamento, tendo sido solicitado à administração central, quais eram os interlocutores, que demoraram meses a responder, e depois o pedido de marcação de reunião da referida comissão. Aquilo que está previsto na educação é, em sede de Comissão de Avaliação, poder haver negociação de verbas, e já estão elencados aquilo que são os custos da descentralização de competências, em educação. Aquilo que gastamos e o que vem da administração central e, obviamente, não chega, e só se vai para uma negociação, se tivermos os dados corretos. Informou que, está marcada uma reunião, para a próxima semana, com a DGEST, onde se vai levar aquilo que são os custos. Foi criado um centro de custos próprio, para se poder aferir ao cêntimo, quanto é que vamos gastar, e ver a diferença entre o que o Município gasta, e aquilo que gasta da administração central. Disse haver um cálculo que estão a fazer, e disse não acreditar que a administração central aceite, e que a metodologia que se está a utilizar para a educação, é a mesma que se está a utilizar para a saúde, com uma diferença, na saúde não temos *know-how*, e aquilo que são os montantes que se estão a negociar com a saúde, resultam de projeções, e um dos montantes que se estão a colocar, são a questão dos recursos humanos. Porque uma coisa são os recursos humanos que são transferidos da saúde para o Município, e esses vêm acompanhados de envelope financeiro, no entanto o Município ao adquirir mais competências, precisa de aumentar os seus recursos humanos para dar resposta, e esse aumento também tem de entrar no envelope financeiro e, este tem sido um dos muitos pontos, com a saúde, que se tem estado em desacordo. Ligando isto à questão da Associação Nacional de Municípios, e o Município de Tomar pertence ao Conselho Geral da ANMP, a proposta que foi feita à Associação, com reunião marcada para dia 5, foi precisamente de incluir estes recursos humanos, que os Municípios têm de adquirir a mais para dar resposta cabal àquilo que são as transferências de competências, entre no envelope financeiro, a exemplo com o que existe na educação, e parece que o caminho será também, remeter para as Comissões de Acompanhamento, as negociações das verbas e, que fique claro, que têm de reunir anualmente, e que as atualizações têm de ser referentes àquilo que foram as verbas gastas no ano anterior, e não às verbas gastas por amostragem há dois ou três anos. E esta questão, vai ser novamente discutida na referida reunião da ANMP. -----

--- Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata, começou por dizer que concordava com aquilo que a senhora Presidente da Câmara Municipal disse, que o Município tinha problemas, que continuará a tê-los e, o natural, é indo tentando resolvê-los. Afirmou, não concordar com a identificação desses problemas. Mencionou um excerto do relatório do senhor Chefe da Divisão Financeira, em que diz: *"Actualmente, como a gestão tem sido realizada, captura recursos que deviam ser aplicados diretamente em investimento reprodutivo, gerador de riqueza na economia local, e não meramente em emprego público autárquico e atividades que não gerem suficiente valor económico, para que haja naturalmente a sustentabilidade financeira"*. Disse entender que, a solução está um pouco aqui. Relativamente à intervenção da senhora deputada municipal Susana Faria, que deve andar a procurar as faturas escondidas, sugeriu que, se tiver o documento em PDF, existe um botão de pesquisa, que diz "escondidas" e é só procurar, porque pode ser que encontre. Sobre a intervenção do deputado municipal Alexandre Antunes, disse que ele não deve acreditar que estas faturas de que falam, alguma vez tenham passado pelas mãos dos autarcas, porque não são eles que vão buscar as faturas e entregá-las à financeira, e depois verificarem se estão pagas. Afirmou que, aquilo que estão a fazer, é a por em causa o trabalho dos funcionários do Município. -----



Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Aquilo com que aparentemente estão preocupados, é com o ressuscitar de antigos fantasmas do passado e sobretudo de diminuir a importância do 25 de abril. Como cantava o grande José Mário Banco «para esse peditário o pessoal já deu»». -----

--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista, sobre as moções apresentadas e relativamente à auditoria à Tejo Ambiente, votarão a favor, porque não pode haver suspeições sobre qualquer tipo de situação que exista na Tejo Ambiente e que sejam esclarecidas-todas as suspeições que possam existir. Sobre a intervenção na Mata dos Sete Montes, a competência é do ICN, não podendo a Câmara Municipal intervir em algo que não é da sua competência. Relativamente à moção do PSD, sobre a situação financeira da Câmara Municipal referiu que, teve de ver duas vezes se o proponente era o PSD, porque ao ler o texto, nem parecia que estava a ler um texto de uma força política que esteve antes do PS. Referiu que, quando o PS chegou à Câmara Municipal, tinham faturas dentro da gaveta, tendo sido atestado pela GEF, a capacidade de endividamento na altura era inferior a um milhão de euros, hoje é de vinte milhões de euros. O prazo médio de pagamentos, foi diminuído enormemente. Quando o PS chegou, não se conseguia fazer compras, porque a Câmara Municipal, era má pagadora, não tinha credibilidade para fazer compras no mercado e este executivo recuperou a credibilidade da Câmara Municipal e recuperou as suas contas. Têm-se feito obra, sem contrair novos empréstimos, e vêm dizer que o PS não tem estratégia e que estão a desgastar os bens públicos, pelo que certamente haverá algum equívoco do PSD. Afirmou também que, certamente haverá problemas, que não são escondidos e que os recursos humanos são um problema que tem de ser analisado e bem gerido, como tem sido feito. A gestão tem sido sustentável. para que os próximos executivos não fiquem hipotecados, por uma dívida deixada. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (3ª intervenção), em resposta ao senhor deputado municipal Paulo Mendes afirmou que, do Bloco de Esquerda, estaria à espera de demagogia e de populismo, mas do referido senhor deputado municipal não esperava essa intervenção. Afirmou que, se associava às palavras de condenação da "Violência Contra as Mulheres". Relativamente aos fantasmas do passado, e à liberdade que o 25 de novembro nos trouxe, é graças a esse dia que o senhor deputado está aqui a dizer as barbaridades que disse. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) afirmou que, depois de ouvir a intervenção da líder da bancada do Partido Socialista, lembrou que estão a relatar o que diz o Chefe da Divisão Financeira, e sugeriu que esqueçam o passado, porque o PSD já foi julgado e já perdeu as eleições, e o PS está no poder há nove anos. Sobre a afirmação da senhora deputada municipal, de que tinham encontrado faturas na gaveta, quer perguntar se os deputados municipais do Partido Socialista se revêm naquilo que agora foi afirmado, pela sua líder de bancada. Porque se isso aconteceu, é grave, terá de ser emitida uma certidão e enviada ao Ministério Público. -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA (3ª intervenção), em resposta à deputada municipal Susana Faria em que refere que a Câmara Municipal nada tem a ver com a Mata dos Sete Montes, leu uma parte do texto da Recomendação que apresentou: "É recomendado à Câmara Municipal, periodicamente, intervir direta ou indiretamente, numa poda eficiente e responsável nas espécies arbóreas". -----

--- Senhora presidente da Câmara Municipal começou por referir que, neste momento não está a ser feito nenhum regulamento no sentido de atrair de jovens ao concelho, no entanto estão a ser feitos um conjunto de regulamentos, sobre os quais foram pedidas sugestões aos senhores Vereadores do PSD, para a feitura dos mesmos, que tem também a ver com as novas tecnologias, não só para a Assembleia Municipal, mas também para a Câmara Municipal. Sobre o critério de atribuição de verbas, informou que foi remetido à Assembleia Municipal, com pedido de distribuição aos grupos municipais, a resposta ao senhor deputado municipal Francisco Tavares, relativa a uma questão colocada, em reunião da Comissão Permanente, sobre os critérios de distribuição das verbas pelas Juntas de Freguesia, sobre os quais poderão vir contributos, durante a discussão em próxima sessão da Assembleia Municipal. Sobre a incubadora de empresas, disse aquilo que é a posição da Câmara, e que tem a ver com a incubadora de empresas, de base tecnológica. Vinha no Orçamento a construção de um edifício, no espaço do Instituto Politécnico de Tomar, com uma candidatura, lembrando aquela que tinha sido a candidatura para o parque empresarial cujas verbas transitaram para este edifício. No entanto, e porque é preciso um documento com a autorização do IPT, que não foi enviado em tempo, autorizando a construção do referido edifício e, porque já tínhamos lançado a empreitada, tivemos que, em reunião de Câmara, não adjudicar a empreitada. Sendo assim, colocaram-se duas questões, ou se mantem a pretensão de se construir no IPT, desde que garanta a breve prazo que se irá ter o documento e o processo será retomado, ou far-se-á uma revisão de projeto, para a sua instalação



desvíos"; -----

2 - "O Conselho de Administração e a direção executiva manifestam a sua total disponibilidade e receptividade perante tal pretensão"; -----

3 - "...de fornecimento de serviços de auditoria à Tejo Ambiente obteve uma cotação no montante de 30 mil euros + IVA." -----

A auditoria nunca foi feita. -----

O debate gerado durante e após a votação, neste Órgão Autárquico, do Relatório de Gestão da Tejo Ambiente referente ao ano 2021 veio trazer um conjunto de informações que, pela sua gravidade, devem ser esclarecidas: -----

No Relatório e Contas do Município de Tomar referente ao ano 2021 (aprovado em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal), na página 84, é afirmado: -----

"Em relação à conta corrente da Tejo Ambiente para com o Município, aquando da circularização foram identificadas quatro faturas, todas no mesmo valor de 26.981,82 € cada uma e todas emitidas no dia 30 de dezembro, o que perfaz 107.887,28 €." -----

"Dado que as faturas não foram enviadas ao Município, foram pedidas cópias das mesmas, tendo o pedido sido efetuado por email, por ofício com AR e novamente por email dirigido ao Diretor Geral, sem que tivesse havido qualquer resposta. Depreende-se que esta faturação não devia ter sido emitida porque na verdade não é dívida do Município, nem sequer é reconhecida no passivo, **esperando-se que não tenha sido considerada como "proveito" da Tejo Ambiente dado que tal valor distorceria resultados**". -----

Em resposta a requerimento do Grupo Municipal da CDU sobre esta questão é afirmado pelo C.A. da Tejo Ambiente, que: -----

"Todas das perguntas colocadas pelo município de Tomar foram respondidas" e, adianta que "toda a faturação emitida pela Tejo Ambiente até 31/12/2021 foi considerada como um Proveito". -----

Acresce que no Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras - Certificação Legal de Contas, é textualmente dito que: -----

"Não obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa às dívidas de cliente no montante de 2.646.997 euros, decorrente da ausência de resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos e consequentes procedimentos alternativos inconclusivos. Pelo exposto, **não opinamos** quanto à rubrica de "clientes". -----

Esta situação tem de ser devidamente esclarecida. -----

Assim propõe-se: -----

1 - Que seja realizada uma auditoria externa às contas da empresa Tejo Ambiente, abrangendo o período temporal de 1 de janeiro de 2021 a 31 de Maio de 2022 que permita, para além de outros eventuais aspetos, especificamente, clarificar os seguintes pontos: -----

a) Foram ou não passadas a 30 de dezembro de 2021 quatro faturas no valor global de 107.887,28 euros, em nome do Município de Tomar? -----

b) Houve ou não idêntico procedimento relativamente aos restantes municípios que integram a Tejo Ambiente? -----

c) Houve ou não troca de correspondência entre o Município de Tomar e a Tejo Ambiente sobre este assunto identificando a cronologia e o conteúdo dessa troca de correspondência? -----

d) Se a faturação, a ter acontecido, era do conhecimento do CA da Tejo Ambiente? -----

e) Se o valor das faturas, caso tenham sido passadas, entraram como proveito, nas contas apresentadas pela Tejo Ambiente relativamente ao ano 2021? -----

f) Em que data foram estas faturas corrigidas, caso tenham sido passadas? -----

Tomar 27 de Junho de 2022. O Grupo Municipal da CDU, -----

Bruno Graça Francisco Santos". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: "MOÇÃO -----

Na sessão da Assembleia Municipal de Tomar que ocorreu em 21 de dezembro de 2021 a CDU propôs que a Assembleia Municipal considerasse que não estavam reunidas as condições necessárias para que se concretizasse no dia 31 de março de 2022 a transferência de competências na área da saúde, para o Município de Tomar. Mais, recomendou que a Câmara Municipal tomasse idêntica atitude junto do Senhor Primeiro-ministro e da Senhora Ministra da Saúde. -----

A proposta foi chumbada com os votos da bancada do Partido Socialista. -----



--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção), começou por dizer que usou mal a expressão na gaveta, referindo os 4,3 milhões de gastos não comprometidos e não registados. De seguida leu um excerto do parecer da IGF, tendo seguidamente afirmado que, relativamente à quantia referida, é o parecer referido que o diz. E por isso, é que na altura os prazos médios de pagamentos eram de 363 dias, e neste momento é de 90 dias. E também por isso, é que quando o PS entrou na Câmara, quando se tentava comprar coisas para o Município, ninguém vendia, porque não era uma entidade credível, e hoje em dia é, e essa é a diferença da gestão que tem sido feita. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (4ª intervenção) afirmou que, esse relatório tem dez anos e o que está em discussão na moção, é um relatório de agora. E as faturas mencionadas, são faturas em conferência, são coisas diferentes, e ainda bem que a senhora deputada municipal Susana Faria admitiu o erro. Referiu a postura construtiva do PSD, em alertar a Câmara e, pegando no relatório do Chefe de Divisão Financeira, é o próprio que alerta a Câmara para a situação financeira atual. Quantos às faturas referidas, pediu para não mexerem mais nisso, porque não têm razão. -----

--- António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata, começou por se dirigir diretamente à senhora Presidente da Câmara, já que não pode estar presente na última sessão da Assembleia Municipal, para lhe dar conta do regozijo, quando o seu representante se dirigiu à Assembleia Municipal e pediu contributos para melhorar a gestão da Câmara e o seu desempenho. Disse não querer deixar de dar três contributos, porque entende ser importantes. O primeiro, diz respeito às competências e ao mandato da Câmara. Mandato é uma coisa, competências são outra. Referiu que, a senhora Presidente da Câmara refugia-se sistematicamente em cartas enviadas a gabinetes de ministros, para tentar resolver problemas, que existem e estão vivos entre nós. Lembrou a senhora Presidente da Câmara que, tem um mandato que consta na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 235º, aconselhando-a a ler esse artigo e a perceber qual é o seu mandato que é a "prossecação dos interesses próprios das populações respetivas" e para isso não são precisos decretos leis. A segunda questão, tem a ver com a transparência, porque a senhora Presidente da Câmara não ignora, até porque também é Presidente da CIMT, um relatório publicado este ano pela CIMT, em que a Câmara de Tomar, ocupa o último lugar em transparência, entre as Câmaras do Médio Tejo e, no estudo de 2019, da Associação Portuguesa de Economistas, a Câmara de Tomar ocupa o lugar das trinta piores em governação. Sugeriu que, melhorem a transparência da Câmara e voltarão ao assunto, quando se falar da Tejo Ambiente. Sugeriu também que, a Câmara tente diferenciar o que é uma estratégia e o que é uma política, que são coisas completamente diferentes. Afirmou que, a senhora Presidente da Câmara, já fez um belíssimo discurso sobre a política de habitação da Câmara, O que a senhora Presidente da Câmara relatou, foi a estratégia de habitação da Câmara, que é uma coisa completamente diferente e foi essa a resposta que deram em quatro meses de espera. Disse que, isso o levava a colocar outra questão, que é o que se passa com o turismo em Tomar. Porque o turismo não são só dormidas e hotéis, é muito mais que isso, é uma indústria, que tem os mesmos efeitos reprodutivos que tem a construção civil, os chamados efeitos multiplicadores. Questionou, qual é o núcleo motor que a Câmara tem para desenvolver a indústria do turismo em Tomar, qual é a estratégia, porque é muita coisa, cultura, recursos naturais, património, integração em cadeias de valor e quais são as políticas que dão corpo, ou não, a essa estratégia. Realizar eventos ao fim de semana, não é nada, não acrescenta valor. Afirmou que, aquilo a que se assiste, é uma manta de retalhos e, basta olhar para os projetos adjudicados pela Câmara, entre 2 de maio e 14 de junho, foram 23, e 10 são para despesas improdutivas, para eventos, que não acrescentam valor e emprego a Tomar. Afirmou que, temos na indústria de turismo, uma das últimas oportunidades para criar processos de desenvolvimento em Tomar, para parar com este processo desastrado em que estamos, em que saíram de Tomar, nos últimos dez anos, trinta e seis pessoas por mês. Terminando dizendo que, têm na indústria de turismo, a possibilidade de inverter este estado declínio em que estamos. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: "MOÇÃO -----
A Assembleia Municipal de Tomar em 30/06/2021 aprovou uma Moção por iniciativa do Grupo Municipal do PSD no sentido de se proceder a uma auditoria externa às contas da empresa intermunicipal Tejo Ambiente. -----

A resposta dada pelo Conselho de Administração (C.A.) da empresa a esta decisão da Assembleia Municipal, enviada para o Município de Tomar em 21/07/2021, pode-se sintetizar em três ideias nucleares: -----

*1 - "A Assembleia Municipal de Tomar de 30/06/2021, deliberou no sentido de ordenar à Câmara Municipal a realização de uma auditoria externa, **crê-se que a expensas desta**, para apuramento dos*



Passados seis meses a vida veio dar razão à análise que fizemos e a justeza da proposta que apresentámos. Basta ouvir o que hoje dizem Presidentes de câmara de todo o país, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o próprio Senhor 1.º Ministro. -----

Para nós a descentralização e particularmente a transferência de competências, não pode ser avaliada em abstrato. Não é por si só um fator positivo ou negativo. -----

Como então afirmámos a fronteira que separa a possibilidade de se traduzir em vantagem para as populações, ou pelo contrário, em prejuízo, é definida pelas condições em que é concretizada, e não é separável do conteúdo da política nacional e das opções macroeconómicas que lhes estiverem associadas. -----

Sendo hoje transversalmente reconhecido que a transferência de competências não pode ficar-se por uma mera desresponsabilização do Governo na garantia de direitos constitucionais, mas que essa transferência exige que estejam asseguradas as condições e os meios para o pleno exercício das competências transferidas, a Assembleia Municipal de Tomar recomenda: -----

1 - Que a Câmara Municipal de Tomar assuma um papel pró-ativo nas negociações que estão a decorrer entre a ANMP e o Governo, exigindo que o processo tenha em conta as condições e os meios para o integral exercício de todas as competências transferidas ou a transferir; -----

2 - Que, especificamente, a Câmara Municipal de Tomar avalie, com a informação hoje disponível, se os acordos de transferência de competências, já feitos para a área da Educação, correspondem às necessidades para o integral exercício das competências transferidas; -----

3 - Que a Câmara Municipal de Tomar só aceite assumir a transferência de competências na área da Saúde quando estiverem garantidas as condições e os meios para o pleno exercício das competências que vierem a ser transferidas. -----

Tomar, 27 de junho de 2022. O Grupo Municipal da CDU, -----
Bruno Graça; Francisco Santos” -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado com dezassete votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e quinze abstenções do Partido Socialista e do Partido CHEGA. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal Partido CHEGA, do seguinte teor: “**MOÇÃO - Comemoração do 25 de novembro** -----

No verão de 1975, Portugal vivia um clima de tensão. A alegria e festa da Revolução do 25 de Abril de 1974, há muito que tinha passado. As greves e manifestações cresciam. -----

Até 24 de novembro de 1975 o país vivia um período de instabilidade política e social. Estava em causa os ideais de abril de 1974, ou seja, estava em causa a liberdade e a democracia. -----

O 25 de novembro de 1975, foi o dia em que o PREC (Processo Revolucionário em Curso) terminou, em que os verdadeiros valores de abril foram repostos. Portugal viu assim consolidada a Democracia. -----

É por isso que estamos gratos a quem desenvolveu o 25 de novembro. -----

Infelizmente na atualidade ainda existe quem tente apagar dos livros de história e da memória coletiva o dia da verdadeira liberdade, o dia que travou o comunismo em Portugal, desvalorizando a sua importância e as conquistas alcançadas com o 25 de novembro. -----

Recordar e comemorar o 25 de novembro de 1975 é recordar e respeitar a nossa História. -----

O Partido CHEGA, propõe assim celebrar este dia como o dia da liberdade, o dia da democracia, o dia da gratidão por todos aqueles que tiveram a coragem de o fazer acontecer. -----

Aprovada esta moção deverá ser encaminhada a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República Portuguesa, à Câmara Municipal de Tomar, a todas as Juntas de Freguesia do concelho de Tomar, assim como a todos os órgãos de comunicação social local. -----

O Deputado eleito pelo Partido CHEGA, -----
Américo Costa”. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada, com dezoito votos contra do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze votos a favor do Partido Social Democrata, CDS/Partido Popular e do Partido CHEGA. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal Partido CHEGA, do seguinte teor: “**MOÇÃO - A Limpeza (Poda) Regular, Cuidada e Responsável das Espécies Arbóreas na Encosta Junto às Muralhas do Castelo de Tomar. É imperativo a limpeza da vegetação no Alambor do Castelo de Tomar e Mata dos Sete Montes de modo** -----



a vislumbrarem-se as muralhas do Castelo Templário de Tomar. Dos locais mais turísticos da nossa cidade como por exemplo da Praça da República, da Várzea Pequena, do Jardim do Mouchão, praticamente de todo o centro histórico, já não se conseguem visualizar as muralhas do Castelo. --- É recomendado a Câmara Municipal periodicamente intervir direta ou indiretamente, numa poda eficiente e responsável das espécies arbóreas. -----

Lembramos que a última intervenção foi em maio de 2012. É excessivo um período tão longo e sugerimos uma intervenção cuidada e permanente. -----

Lembramos que o "nosso" Castelo Templário é uma das joias da Coroa. Se queremos investir no turismo não podemos continuar a dar "tiros nos pés." -----

Relembramos ainda que em 2023 é ano de Festa dos Tabuleiros e é inadmissível termos esta situação por resolver. -----

O Deputado eleito pelo Partido CHEGA, -----
Américo Costa". -----

--- O grupo municipal do Partido Social Democrata, propôs a substituição da palavra "permanente" pela palavra "regular", passando o parágrafo a ter a seguinte redação: "Lembramos que a última intervenção foi em maio de 2012. É excessiva um período tão longo e sugerimos uma intervenção cuidada e regular", tendo sido aceite a referida alteração pelo Partido CHEGA. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, com a referida alteração, tendo sido aprovada com quinze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste, catorze votos contra do Partido Socialista e três abstenções da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. ---

O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal Partido CHEGA, do seguinte teor: "**MOÇÃO - Intervenção no Açude da Matrena. Rampa de Subida/Descida para Espécies Piscícolas e Comporta de Base para um Melhor Desassoreamento Natural a Montante.** -----

Tomar e o Rio Nabão estão de parabéns pela excelente intervenção e recuperação do açude da Marianaia. Excetuando a inexistência de uma comporta de base que contribuiria em muito para um maior desassoreamento natural do Rio Nabão a montante. -----

Avancemos agora para o Açude da Matrena com uma intervenção algo idêntica. -----

1. Uma comporta de base o que permitiria ainda um desassoreamento natural e nada dispendioso numa maior extensão de rio permitindo um maior espaço volumétrico de reserva de água que contribuiria para uma melhor e eficaz para a rega daquela zona do Vale de Nabão. -----

2. A construção de uma rampa de subida e descida das espécies piscícolas como foi feita a montante no Açude da Marianaia e no Açude do Flecheiro na cidade de Tomar. -----

A inexistência após tantas dezenas de anos a presença de espécies piscícolas no rio Nabão (centro de Tomar), como Lampreia, Sável, Saboga, Fataça e outras espécies poderá ser uma realidade a curto prazo e de alto valor ambiental, gastronómica, turística e económica para todo o concelho de Tomar. -

O Deputado eleito pelo Partido CHEGA, -----
Américo Costa". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, com dezassete votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular, e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e quinze abstenções do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal Partido Social Democrata, do seguinte teor: "**MOÇÃO DE PESAR - João Fraústo da Silva --- Tomar fica mais pobre com o desaparecimento do senhor Professor João Fraústo da Silva. -----**

Um povo deve saber homenagear aqueles que mais trabalharam em prol da comunidade. -----
João Fraústo da Silva nasceu em Tomar a 30 de agosto de 1933. -----

Licenciado em Engenharia Química e Industrial pelo Instituto Superior Técnico e Doutor em Química pela Universidade de Oxford, foi o primeiro reitor da Universidade Nova de Lisboa, de que fora um dos fundadores, entre 1973 e 1975. -----

Entre 1982 e 1983 desempenhou o cargo de ministro da Educação e Universidades no VIII Governo Constitucional. -----

É autor de vários livros, manuais didáticos, teses, artigos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras especializadas. -----

Foi distinguido em 1972, pelo Presidente da República, com o grau de Grande Oficial da Ordem da



Instrução Pública, e em 1989 com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. -----
Em 2001, a Universidade de Lisboa atribuiu-lhe o grau de Doutor Honoris Causa em Química, em reconhecimento do currículo e contribuição para a projeção internacional do país nesta área científica. A Assembleia Municipal de Tomar aprova por unanimidade, um voto de pesar pelo seu falecimento, expressando sentidas condolências à família. -----

Tomar, 30 de junho de 2022 -----

O Grupo Municipal do PSD". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais, tendo-se cumprido de seguida, um minuto de silêncio em sua memória: -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal Partido Social Democrata, do seguinte teor: "Moção - Alerta para a Situação Financeira da Câmara Municipal -----

Foi tornado público o Relatório de Execução do Orçamento referente ao 1º Quadrimestre de 2022, redigido pelo Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal. -----

Este alerta às finanças do município chama a atenção para muitas das questões que se tem vindo a alertar e que a Assembleia Municipal não pode deixar de assinalar. -----

Com efeito, num primeiro capítulo dedicado à Receita, são notórias as dificuldades do Município em arrecadar as receitas correntes previstas, tendo já decorrido um terço do ano, mas tendo cobrado apenas 16,5% do previsto para 2022. Já as receitas de capital têm uma variação negativa de 42%, o que nos levanta sérias dúvidas sobre o financiamento para as intenções anunciadas. -----

É especialmente preocupante que a Derrama tenha descido 37,5% face ao ano passado, o que significa que ou existem menos empresas ou as empresas tomarenses estão a gerar menos lucro – reflexo da falta de estratégia de ações da governação para apoio e estímulo ao tecido empresarial. -----

Também no capítulo da Despesa, a situação é alarmante, pela análise dos dados e considerações do Chefe da Divisão Financeira. Não só pela despesa com pessoal que "continua numa trajetória de significativo crescimento" que aumentou 42% quando comparada com 2018, ou seja, em apenas 4 anos há um aumento tremendo na despesa com pessoal que, como referido no relatório, "vai continuar a comprometer a gestão do Município e a agravá-la". O relatório vem ainda corroborar os sucessivos alertas que têm vindo a ser dados na Assembleia Municipal: "(a despesa com pessoal) captura recursos que deviam ser aplicados diretamente em investimento reprodutivo, gerador de riqueza na economia local e não meramente em emprego público e autárquico e em atividades que não geram suficiente valor económico para que haja sustentabilidade financeira". -----

Ainda nas despesas correntes, destaque para a aquisição de serviços que sobe de 1,4M€ em 2021 para 2,18M€ em 2022, um aumento de mais de 55,7% que, como refere a Divisão Financeira, "não menos preocupante é que nesta rubrica estão incluídos contratos que pela sua natureza, finalidade e continuidade, são custos com pessoal". -----

Considera assim a Assembleia Municipal que este Relatório não deixa de ser um enorme alerta por parte da Divisão Financeira, o qual partilha um conjunto de avisos e recomendações que a Assembleia Municipal considera graves e que devem levar a mudanças na governação socialista, nomeadamente "O ligeiro aumento das receitas está a ser absorvido pelo grande aumento de despesa com pessoal e aquisição de serviços (...) e mantendo-se a tendência (...), começa a verificar-se dificuldade de Tesouraria e a comprometer-se o equilíbrio orçamental", salientando ainda que "as empreitadas estão a atingir custos reais com mais 40% do que o Preço Base e Preço Contratual". -----

A Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 30 de junho de 2022 acompanha o citado Relatório, nomeadamente onde se diz que "há absoluta e imediata necessidade de tomar medidas para aumentar a receita e conter a despesa com critérios apertados", exigindo que sejam tomadas medidas para o efeito. Manifesta ainda que este documento é um reflexo da governação municipal socialista e da forma como encaram a causa pública e a gestão do dinheiro dos contribuintes: a ausência de planeamento e preparação, a par de um conjunto de opções questionáveis, incapazes de contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Tomar, 30 de junho de 2022 -----

O Grupo Municipal do PSD". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com dezassete votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, Bloco de Esquerda e CDS/Partido Popular, catorze votos contra do Partido Socialista e uma abstenção do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----



--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal Partido Social Democrata, do seguinte teor: *"Moção - Saudação à Banda Quinta do Bill ----- Os "Quinta do Bill" celebram este ano 35 anos de existência, sendo um motivo de orgulho para todos os tomarenses! -----*

Esta Banda tem demonstrado que é possível se impor às grandes Bandas de Lisboa e Porto, com maior apoio logístico e empresarial, sendo assim um exemplo para os vários músicos da nossa região, de grande qualidade, que se vêm afirmando ao longo destes anos. -----

É grande discografia, compilação e atuações ao vivo que este Grupo Musical tem vindo a desenvolver ao longo dos destes 35 anos de carreira, deixando sempre o nome de Tomar bem vincado, não só por Portugal, como também "além fronteiras", sendo certo que têm contribuído decisivamente para a afirmação da música e da língua Portuguesa e promoção e divulgação do concelho de Tomar. -----

A Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 30 de junho de 2022, assinala que a Banda "Quinta do Bill" é assim um motivo de orgulho não só para todos os Tomarenses, como também para todos os portugueses, pela importância que têm imprimido à cultura nacional e saúda pelos seus 35 anos de existência. -----

Esta moção, depois de aprovada, deverá ser enviada cópia ao Ministério da Cultura; assim como à Banda "Quinta do Bill"! -----

Tomar, 30 de junho de 2022 -----

O Grupo Municipal do PSD" -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do CDS/Partido Popular, do seguinte teor: **"CDS – PARTIDO POPULAR - MOÇÃO – 25 DE NOVEMBRO -----**

Este ano de 2022 comemoram-se o 47º aniversário do 25 Novembro, o dia que confirmou a liberdade de Abril. O 25 de Novembro de 1975 ficará na História Portuguesa como um acto singular e irrepetível que merece a memória coletiva de todos nós. Foi neste dia que o povo português soube rejeitar uma visão autocrática de Portugal e conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário. Foi a 25 de Novembro de 1975 que se pôs fim ao PREC. Foi nesse dia que se impediu à tentativa de imposição do Comunismo em Portugal. -----

Esse impedimento foi decisivo para que Portugal implementasse o sistema democrático que ainda hoje nos rege, uma Democracia de Modelo Ocidental, que garante os valores como o Pluralismo Democrático, o debate livre e a liberdade de expressão. Todos os que prezamos as eleições e a alternância política por escolha do voto popular, o estado de Direito e as liberdades fundamentais certamente conseguimos entender e homenagear a importância que o 25 de Novembro imprime na história da Democracia Portuguesa. -----

Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia e respeitado em todo o Mundo. -----

Vivermos tempos em que o conceito de liberdade está em causa e como tal, é fundamental que celebremos, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal, reunida a 30 de junho de 2022, delibera que seja organizada, por este órgão, uma sessão solene evocativa do 25 de novembro de 75, no dia 25 de novembro de 2022 e que permita a intervenção de todas as forças políticas representadas no concelho. ----- Tomar, 28 junho 2022" -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada, com dezoito votos contra do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Juncqueira, dos Independentes do Nordeste e catorze votos a favor do Partido Social Democrata, CDS/Partido Popular e do Partido CHEGA. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do CDS/Partido Popular, do seguinte teor: **CDS – PARTIDO POPULAR - MOÇÃO – CRIAÇÃO INCUBADORA DE EMPRESAS -----**

Já em 2008 (pelo menos) se falava da criação de uma Incubadora e Aceleradora de Empresas em



Tomar, da sua importância estratégica para o desenvolvimento, para a atração de investimento e geração de riqueza para o concelho. -----

Este tipo de estrutura, que mais do que um local físico de instalação de empresas, é uma organização que garante outro tipo de benefícios, como consultoria, benefícios fiscais, apoio técnico e logístico etc, tira acima de tudo em contrapartida a criação de emprego e riqueza no concelho. -----

A ideia de “semear para depois colher”, ganhava forma e permitiria ao concelho tornar-se atrativo ao investimento e à geração de novas empresas. -----

Na época, a criação de incubadoras de empresas era inovadora e vista por muitos como um caminho natural e obrigatório a percorrer. Foi isso que praticamente todos os concelhos vizinhos fizeram e hoje têm estruturas bem desenvolvidas para o apoio à criação e aceleração do desenvolvimento de empresas. Apenas Tomar continuar sem uma estrutura destas. -----

Considerando que: -----

- Observando os últimos 3 censos, o município de Tomar viu diminuir, sucessivamente, a sua população residente, tendo esta passado de 43.006 habitantes em 2001, para 36.414 habitantes em 2021 (um decréscimo de 15,3%); -----

- Em 2021, no município de Tomar, havia 294 idosos por cada cem jovens, mais 145 do que em 2001; -----

- Entre 2009 e 2019, o número de empresas não financeiras diminuiu, em Tomar, de 4.249 para 3.884 (um decréscimo de 8,6%); -----

- Em 2019, a disparidade salarial entre homens e mulheres no município de Tomar era de 194 euros, mais 35 euros do que em 2009 (preços correntes); -----

- Em 2019, por cada 100 empresas não financeiras existentes em Tomar, foram criadas 12 e extintas outras 12; -----

- Em 2020, o município de Tomar tinha a 6.ª maior taxa de Trabalhadores da Administração Pública Local por mil habitantes entre os municípios do Médio Tejo; -----

- Foram feitas e aprovadas várias proposta e moções ao longo dos anos para criação deste tipo de estruturas em Tomar. -----

A Assembleia Municipal, reunida a 30 de junho de 2022, delibera no sentido que a Câmara Municipal de Tomar tome todas as providências para a criação de uma incubadora e Aceleradora de Empresas em Tomar. -----

Tomar, 28 junho 2022 -----

O Deputado Municipal do CDS-PP” -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze abstenções do Partido Socialista. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do CDS/Partido Popular, do seguinte teor: **“CDS – PARTIDO POPULAR - MOÇÃO – APROXIMAR OS MUNICÍPIES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

O afastamento dos tomarenses da política local é notório e nas autárquicas de 2021 praticamente apenas metade dos eleitores exerceram o seu direito de voto no concelho. -----

As cadeiras reservadas para o público nas Assembleias Municipais (AMT),, salvo algumas exceções, permanecem consecutivamente vazias ou preenchidas por militantes dos partidos ali representados. -----

As Assembleias Municipais, transmitidas em direto na Rádio Hertz e nas redes sociais do município são visualizadas por um punhado de munícipes, muitas garantidamente ligadas aos partidos políticos. -----

Os eventos políticos comemorativos organizados pelo município não chegam a ter a participação da população e é recorrentemente composta apenas pelos convidados institucionais. -----

Os tomarenses não sabem quem são os seus autarcas, não sabem o trabalho que é desenvolvido pelos seus autarcas e uma grande maioria não sabe sequer o funcionamento de uma autarquia e os diferentes órgãos que a compõe. -----

A Assembleia Municipal, órgão mais importante no concelho, tem vindo sistematicamente a perder credibilidade, relevância e acima de tudo preponderância no dia-a-dia dos tomarenses. -----

Considerando que: -----

- A aproximação dos tomarenses da política é essencial para o funcionamento da democracia e consequente crescimento do concelho; -----

- Há um conjunto de estratégias ao nível digital (site e redes sociais), ao nível da literacia cívica, nomeadamente no que toca aos mais jovens; e ainda ao nível da divulgação do trabalho que é realizado pela assembleia que poderiam ser implementadas; -----



- Não existe um plano ou estratégia de comunicação da AMT. -----

A Assembleia Municipal reunida a 30 de junho de 2022, delibera no sentido que a Comissão Permanente desta Assembleia promova a discussão e criação de um Plano de Comunicação da AMT e que o mesmo possa ser aprovado e implementado ainda no decorrer deste ano. -----

Tomar, 28 junho 2022 -----
O Deputado Municipal do CDS-PP". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 13.06.2022, sobre a “**Consolidação de Contas do exercício de 2021**”, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: senhora presidente da Câmara Municipal; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado, do Partido Social Democrata; Maria de Fátima Mendes Jacinto, do Partido Social Democrata; Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; senhora presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Maria de Fátima Mendes Jacinto, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda; senhora presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção); Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda (2ª intervenção); João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata e senhora presidente da Câmara Municipal (4ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada com dezasseis votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e CDS/Partido Popular; quinze votos a favor do Partido Socialista e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- O grupo municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: “**Declaração de voto PSD – Assembleia Municipal- Consolidação de contas** -----

O Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativo ao ano de 2021 evidencia, mais uma vez, aquela que tem sido a gestão socialista da Câmara Municipal de Tomar e que perdura há mais de 8 anos: uma gestão anémica. -----

É curioso, quando é afirmado, na mensagem da Presidente, que “o fundamento do municipalismo assenta na proximidade, no conhecimento da realidade e no tempo de ação”. Tudo pressupostos verdadeiros, mas que não encaixam na forma de atuar da maioria socialista.

As opções tomadas caracterizam-se pelo alheamento completo face aos sinais evidentes de decadência e perda de vitalidade do concelho de Tomar. -----

Alguns dos temas que nos preocupam e que consideramos necessitarem de respostas concretas e capazes, para efetivar transformações: -----

- Decréscimo da população; -----
 - Desvalorização do tecido empresarial existente e ausência de políticas de captação de investimento;
 - Desvios acentuados dos indicadores quando comparados com outros concelhos da região. -----
- Questiona-se, assim, a reduzida eficácia das opções da governação socialista, sem uma visão estratégica global. -----

Na análise ao documento do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, constatamos que: -----

- Os valores das receitas de capital são muito baixos: questiona-se como estão a ser executadas as candidaturas a fundos comunitários, uma vez que o peso nas receitas de capital, é determinante. -----
- Quando analisados, verifica-se que os projetos em curso e, também, dependentes de candidaturas não alavancam soluções de desenvolvimento para o concelho. -----
- Em 30 milhões de euros, 21 milhões são de despesa corrente e 8 milhões de despesa de capital. -----
- Ao nível dos valores da despesa não existe qualquer preocupação de controlar os valores, apesar de ser assumido, pelo executivo a antevisão de risco de desequilíbrio e da necessidade de tomar medidas.
- É galopante a despesa realizada em prestação de serviços e outsourcing. Nos Fornecimentos e Serviços Externos verificou-se um aumento de 2 milhões de euros (40%), passando de 4,3 milhões em



2020 para 6,2 milhões em 2021. Qual a preocupação com esta evolução? Quais as medidas que estão a ser tomadas? Não as há. -----

• É, aliás, assumido pelo próprio executivo, como opção estratégica o recurso ao outsourcing de forma a ultrapassar “vicissitudes e outras entropias internas”. -----

• A execução da despesa fica-se pelos 72% e não fosse revisões orçamentais no fecho do ano, teríamos um valor de execução consideravelmente inferior. -----

• As despesas correntes representam 72% do total da despesa o que, como o próprio documento relata, é preocupante (“O mais preocupante é o crescimento das Despesas Correntes”). -----

• As despesas com pessoal atingiram 11,6 milhões de euros e representam 40% em toda a estrutura de custos. -----

• Ao nível da contratação pública é possível verificar que 93% dos procedimentos são através de ajuste direto simplificado, com custos muito mais elevados, rutura de bens e serviços deficientes. -----

Pelas razões apresentadas e por considerarmos que o Relatório de Gestão e Prestação de Contas resulta da execução de um Orçamento e Grandes Opções do Plano que não servem Tomar, os Deputados Municipais do PSD votam contra. -----

--- O grupo municipal do Bloco de Esquerda, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: **“Consolidação de Contas do exercício de 2021”** -----

Declaração de voto - De acordo com o previsto na Lei n.º 73/2013 acerca da aprovação das contas consolidadas no seu artigo n.º 76, número 2: “ Os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam” procedemos à análise do documento **Consolidação de Contas do Município de Tomar Ano de 2021**. -- Na análise efetuada ao documento detetámos alguns aspetos que não nos pareceram corretos e para os quais pedimos esclarecimentos: -----

- na tabela (página 13) relativa aos três grandes agregados do Balanço (Ativo, Passivo e Fundos Próprios), os valores apresentados resultantes da conta do Município e do SMAS estão corretos no Resultado do Exercício (a soma dá realmente 908 191 Euros) mas nos outros três indicadores, Ativo Líquido 2021, Passivo e Património Líquido) os valores apresentados não correspondem à soma dos valores da conta do Município e do SMAS. No caso do Ativo Líquido 2021 o valor apresentado é de 116 602 845 euros mas a soma real será de 116 951 271 euros, no caso do Passivo o valor apresentado é de 17 936 478 euros e a soma real será 17 939 916 euros e no caso do Património Líquido o valor apresentado é de 98 666 367 euros e a soma real será 99 011 355 euros; -----

- nas considerações finais (página 77) na tabela Classe 5 - Património, Reservas e Resultados Transitados somando os valores das Contas (51+55+56+57+59+81) no Saldo Inicial o Total seria de 97 211 437, 65 euros mas o valor apresentado é 96 100 984,57 euros, no Aumento o Total seria de 27 751 795,29 euros mas o valor apresentado é 25 388 899,18 euros, na Redução o Total seria 25 948 578, 89 euros mas o valor apresentado é 23 846 220 euros, mas curiosamente o valor Movimento Consolidação e o Saldo Final apresentam valores corretos no Total. Na Conta 81 RL o valor apresentado no Saldo Final de 908 190,52 euros aparentemente também não está correto devendo o mesmo de ser 911 489,57 euros. -----

Num documento de Consolidação de Contas que se pretende rigoroso e não nos tendo sido prestado nenhum esclarecimento por parte da senhora Presidente de Câmara em relação às eventuais falhas apontadas só resta ao eleito pelo Bloco de Esquerda votar contra. -----

O Deputado Municipal eleito pelo Bloco de Esquerda, Paulo Mendes”. -----

--- Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 30.05.2022, sobre a sobre a **“Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares”**, ao abrigo do disposto do artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, e da alínea c), do nº 1, do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: senhora presidente da Câmara Municipal; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; senhora presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção) e Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com vinte e nove votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e três abstenções da Coligação Democrática Unitária e Partido CHEGA. -----



--- O grupo municipal do Partido CHEGA, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: "Declaração de Voto – Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares -----

A nossa questão é o porquê de no espaço de 2 meses haver a necessidade de uma retificação de 52.031.92€? -----

Tal como referimos na Assembleia Municipal Ordinária de 30 de abril de 2022 com o aumento generalizado dos bens essenciais como é possível ter refeições de qualidade, se os alimentos são de baixo custo. -----

Também sabemos as queixas de muitos alunos no concelho em relação à qualidade da comida fornecida nas cantinas escolares. -----

O Deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de se abster na deliberação da Câmara Municipal de Tomar tomada em 30 de maio de 2022 sobre a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de fornecimentos de refeições escolares. -----

Tomar, 3º de junho de 2022. O Deputado Municipal eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa". -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que, de acordo com a convocatória e devido ao adiantado da hora, e havendo unanimidade na decisão, suspendia a sessão, tendo continuidade em 2ª reunião, no próximo dia 4 de julho de 2022 (segunda-feira), pelas 20h30, no Salão Nobre dos paços do Concelho. -----

--- As Deliberações tomadas nesta sessão foram aprovadas em minuta. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu assim por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte, Primeira Secretária, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----

Presidente da Assembleia Municipal,

Hugo Miguel Carvalho dos Santos Costa

A Primeira Secretária,

Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte

Célia Cristina Roberto Ferreira Pereira

Carlos Manuel da Silva Ricardo